

Um olhar Especial à Inclusão dos Alunos com Deficiência nas Escolas Regulares do Município de Petrolândia.

Autora: Poliana Martins Oliveira Sá¹

RESUMO

O presente artigo discorre acerca do atendimento e acompanhamento educacional aos alunos público-alvo da Educação Especial no Município de Petrolândia-PE, considerando a perspectiva de inclusão garantida na legislação. Apresentar-se-a neste trabalho, reflexões pertinentes acerca do processo de transição dos alunos com deficiência das Escolas e/ou classes Especiais para as Escolas Inclusivas, considerando os contextos históricos e marcos legais, bem como se discutirá sobre as práticas vivenciadas nesses diferentes espaços e, nesse contexto, a importância do Atendimento Educacional Especializado, para a partir desses pressupostos, relatar a trajetória da Educação Especial e como a Inclusão vem sendo posta em prática, destacando, inclusive, como acontece o atendimento às especificidades dos alunos com deficiência nas Salas de Recursos Multifuncionais, no contra turno do Ensino Regular, nas Escolas Municipais de Petrolândia-PE.

Palavras chave: Inclusão. Atendimento Educacional Especializado. Educação Especial. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This article discusses the attendance and educational follow-up to the public-targeted students of Special Education in the Municipality of Petrolândia-PE, considering the perspective of guaranteed inclusion in the legislation. This paper will present pertinent reflections about the transition process of students with disabilities from the Schools and / or Special Classes for Inclusive Schools, considering the historical contexts and legal frameworks, as well as discussing the practices lived in these different spaces And, in this context, the importance of the Specialized Educational Service, based on these assumptions, to report the Special Education trajectory and how Inclusion has been put

¹Orietadora Municipal de Ensino de Educação Especial Inclusiva – Secretaria Municipal de Educação. Graduada em Letras|Língua Portuguesa e Inglesa – Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco. Especialista em Atendimento Educacional Especializado – Faculdade Redentor. Mestranda em Letras – Universidade de Pernambuco. E-mail: polianamartins2@hotmail.com

into practice, highlighting, as well, how attendance the specifics of the students with disabilities in the Rooms Of Multifunctional Resources in the counter shift of Regular Education in the Municipal Schools of Petrolândia-PE.

Keywords: Inclusion. Specialized Educational Assistance. Special education. Inclusive education.

INTRODUÇÃO

A necessidade da inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular não se configura algo novo, menos ainda, em um assunto pouco discutido. Ao longo da história, várias foram as tentativas de inserção desses alunos, porém sem grande êxito. Muitos são os direitos das pessoas com deficiência, assegurados na constituição, principalmente com a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que entrou em vigor em Janeiro de 2016.

Para que a inclusão do aluno com deficiência aconteça, faz-se necessário, além de garantir a matrícula e a permanência do aluno na escola em sala de aula regular, garantir que o mesmo receba o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, objetivando-se complementar e/ou suplementar a formação do aluno, em um processo de qualidade, contando com a efetiva participação de todos os envolvidos, escola e família, bem como com a articulação constante entre os professores que trabalham diretamente com esses alunos: Professor do Atendimento Educacional Especializado, organizando recursos pedagógicos acessíveis, que eliminem as barreiras e proporcionem a plena participação do aluno, e o Professor do ensino regular que necessitará deste apoio para garantir a acessibilidade ao currículo e proporcionar a aprendizagem.

Houve um tempo em que a inclusão não era cogitada e os alunos eram condenados à segregação, em escolas ou instituições, denominadas especializadas, para o atendimento aos alunos com deficiência.

Objetivando um levantamento histórico de como se deu esse a trajetória da Educação Especial e como a inclusão acontece, atualmente, no Município de Petrolândia, idealizou-se o problema de pesquisa: “Como aconteceu o processo de inclusão e como é realizado, nos dias atuais, o atendimento e acompanhamento aos alunos público-alvo da Educação Especial, incluídos nas escolas regulares do Município de Petrolândia-PE?”. Para isso, foram realizadas análises de documentos do Centro de

Educação Especial no Município e conversas com pessoas que fizeram parte e estiveram envolvidas nessa trajetória, bem como realizou-se um levantamento na Secretaria Municipal de Educação, quanto ao trabalho realizado com os alunos com deficiência nas escolas regulares e o que o Município tem ofertado e disponibilizado às escolas na promoção da inclusão. A pesquisa fundamenta-se numa abordagem qualitativa, por proporcionar um conhecimento mais profundo do objeto de estudo.

Atualmente, faz-se essencial discutir tal problemática, pois a inclusão é um fato, os alunos especiais estão nas escolas regulares, no entanto, para que o sucesso dos mesmos aconteça é necessário que cada envolvido no processo, perceba-se como peça fundamental na promoção da inclusão. Como afirma Mantoan: “Embora possa assustar pelo grande número de mudanças e pelo teor de cada uma delas, a inclusão é, como muitos a apregoam, ‘um caminho sem volta’.” (MANTOAN, 2003, p.91).

Neste trabalho, far-se-á algumas reflexões acerca do processo de transição dos alunos das escolas e/ou classes especiais para as escolas inclusivas, considerando os contextos históricos e marcos legais, bem como se discutirá sobre as práticas das Escolas Especiais às Escolas Regulares Inclusivas e, nesse contexto, a importância do AEE, para, a partir desses pressupostos, apresentar a trajetória da Educação Especial e como a Inclusão vem sendo posta em prática nas Escolas Municipais de Petrolândia-PE.

1 – CONTEXTO HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS.

O processo de inclusão, que mesmo a passos lentos, vem acontecendo hoje em nossas escolas, é resultado de um passado marcado por evoluções e conquistas, dentro de uma realidade escolar que não era pensada para todos, pois os alunos que não tinham “perfil” esperado de alunos, não podiam frequentar as escolas comuns, para estes restavam as escolas especiais, responsáveis por atender os socialmente excluídos: as pessoas com deficiência.

Dentro de um contexto histórico excludente que maltrata, estigmatiza e segrega os que não compartilham das mesmas características dos grupos majoritários, sejam em qualquer aspecto: raça, etnia, posição social, poder aquisitivo, etc., estão as pessoas com deficiência. Vistas de subumanas à “filhas de Deus”, em períodos distintos da história, essas pessoas foram rejeitadas e abandonadas em virtude de sua deficiência. Posteriormente, passaram a ser acolhidos por caridade em conventos ou igrejas, e não possuíam nenhum direito.

Com o passar dos anos avançou-se nessas questões, vários documentos que garantem os direitos das pessoas com deficiência ao longo da história foram sendo criados: A Constituição Federal em 1988, estabelecendo que a Educação é direito de todos e que a pessoa com deficiência deve ter garantido o atendimento educacional especializado, preferencialmente na escola regular; o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que reafirma os direitos garantidos na Constituição quanto a garantia do atendimento educacional especializado à pessoas com deficiência; a Declaração de Salamanca, em 1994, assinada por mais de 80 países, que determina que as Escolas devem acolher todas as crianças, considerando as escolas regulares inclusivas como o mais eficaz espaço para o combate à discriminação. Em 1996 a Lei Federal 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional ajustou-se à Legislação Federal; em 1998 o MEC determinou as adaptações a serem feitas nos PCN's, no intuito de estabelecer estratégias para a educação da pessoa com deficiência; em 2001 são publicadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; a partir de então, temos o Plano Nacional de Educação e vários decretos que objetivam fortalecer a inclusão educacional na escola pública.

Recentemente, mais precisamente em Junho de 2015, foi aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que afirma os direitos da pessoa com deficiência, consolidando mais de cem medidas a elas direcionadas, em sintonia com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em meio a tantas mudanças em um cenário de direitos alcançados, eis que a educação inclusiva precisa ser legitimada dentro de moldes que realmente incluem. Na transição ideológica de uma escola que integra a uma escola que inclui, muita coisa muda, porém na prática, percebe-se ainda um certo distanciamento entre o que acontece e o que deveria acontecer para a consolidação desse processo na perspectiva inclusiva.

Segundo Mantoan:

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção escolar de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. (MANTOAN, 2003, p.22)

Assim sendo, por meio da integração, o aluno tem acesso à escola, porém os serviços educacionais são ainda segregados e há uma prévia seleção dos que estão aptos

ou não a serem inseridos, portanto, não há uma mudança no paradigma da escola em sua totalidade para atender a todo o seu público, estes é que precisam adequar-se às exigências das escolas. Dessa forma, o discurso de “escola para todos” se desfaz.

Sobre inclusão, Mantoan explica:

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2003, p.24)

Nesse sentido, a escola se modifica para atender as necessidades dos alunos, propondo modificações do próprio sistema educacional, estruturado considerando estas necessidades. Assim sendo, o foco do processo educacional inclusivo está nas escolas e no ensino, devendo adequar-se à diversidade de seu público, ao invés de este adequar-se aos paradigmas de normalidade de aprendizagem, buscando condições, desde recursos à apoios pedagógicos, que proporcionem o sucesso escolar do aluno.

2 – DAS ESCOLAS ESPECIAIS ÀS ESCOLAS REGULARES INCLUSIVAS: REFLEXÕES ACERCA DA PRÁTICA

Por muito tempo, acreditou-se que as pessoas com deficiência deveriam ser segregadas em espaços distintos, com especialistas em deficiências, pois essas seriam as únicas pessoas que realmente estavam aptas, preparadas para o trabalho com esse público. Com essa justificativa, o direito à educação foi negado aos alunos com deficiência.

Começaram a surgir Instituições, Centro e Associações voltadas exclusivamente, para assistência a essas pessoas, cumprindo o papel do Governo Federal. Quando os primeiros passos de integração dessas pessoas nos ambiente escolares foram dados, aconteceu de forma limitada. Eram aceitos na escola os que “tivessem condições” de estarem lá, condições ditadas por sua deficiência. Após adentrarem os muros das escolas, eram colocadas em salas especiais, separados dos ditos normais, as conhecidas salas de “doidinhos”, sendo usado por muitos professores, inclusive, como uma forma de ameaçar os alunos que não aprendessem e se comportassem “adequadamente”, pois seriam colocados na tal sala. Embora tenha sido um grande passo na história das

peças com deficiência, elas continuaram segregadas e esse cenário lamentável, perdurou por bastante tempo, até surgir o novo conceito, a conhecida inclusão, e com ele, várias ideias que permeavam as perspectivas educacionais, mas será que as pessoas com deficiências foram realmente incluídas?

“A Educação é direito de Todos”. Esta é uma frase que se destaca em vários discursos quando falamos em educação. No entanto, saindo da superficialidade dos discursos vamos à reflexão da prática nas escolas, transformando a afirmação acima destacada em questionamento: “O direito a Educação está sendo garantido a todos?” Na busca pela resposta ao questionamento, reflitamos sobre o papel da escola.

A escola é o espaço de construção do conhecimento devendo favorecer o desenvolvimento de competências, de aprendizagens a todos, indistintamente. Quando a escola favorece esse processo em todos os seus âmbitos e garante a educação acessível a todos, ela passa a ser uma escola inclusiva. Mas será que isso acontece? Várias políticas públicas têm sido implementadas, várias são as discussões levantadas acerca da necessidade da inclusão e isso resulta do fato de que muitos ainda estão excluídos do meio social e educacional por vários fatores.

No âmbito educacional é muito comum o uso dos diagnósticos clínicos como atestado de incapacidade: “Meu aluno é deficiente, então ele não aprende”. Dessa forma, o que deveria representar o ponto de partida, acaba representando o ponto final no processo de aprendizagem, e estes alunos são simplesmente abandonados à própria sorte. Neste contexto, segundo o caderno de Educação Inclusiva do PNAIC, o papel da escola inclusiva, vai muito além do acesso à escola:

[...] é necessário viver a inclusão educacional como uma proposta da sociedade e da escola e não como imposta por uma pessoa ou por um governo. Não estamos falando de um professor especialista que assume o ensino do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, estamos falando de um currículo e de um sistema educacional inclusivo e isso tem uma abrangência muito maior: as ações no interior da escola devem envolver todos os profissionais, alunos e a comunidade escolar; mudando a cultura da escola, mudando os modos de ser e estar, os ritos e práticas existentes nesses espaços. Insistimos em dizer que a escola inclusiva propõe uma ruptura não só com as práticas, mas principalmente com os valores da escola tradicional. Essa escola inclusiva rompe com a ideia de um desenvolvimento curricular único, com a ideia de aluno padrão, com a ideia de ensino como transmissão e com o modelo de escola como estrutura de reprodução. (2014, p.13)

Para promover uma escola inclusiva faz-se necessário, além da acessibilidade física e de recursos, urgentes mudanças em concepções e atitudes. É preciso que todos se vejam como agentes responsáveis pela inclusão. Talvez seja essa a condição mais importante em todo esse processo. Enquanto todos que fazem a educação não abraçarem a causa, aceitarem e valorizarem as diferenças, desenvolvendo práticas que envolvam a todos, indistintamente, a inclusão não passará de mero discurso em escolas presas ao passado, que integram, mas não incluem.

3 - A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS INCLUSIVAS

A Educação Especial atualmente caracteriza-se como uma modalidade de ensino, transversal a todas as outras modalidades, que não substitui a escolarização. Assim sendo, o público da Educação Especial deve estar matriculado e frequentando o ensino comum e recebendo o atendimento educacional especializado (AEE) no contra turno. O público alvo da educação especial, definido no documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, são os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O atendimento educacional especializado oferecido nas escolas não se caracteriza como reforço escolar, mas como um apoio pedagógico complementar e/ou suplementar à escolarização, objetivando-se em desenvolver habilidades, adaptar (quando necessário) e utilizar instrumentos de apoio que facilitem seu desenvolvimento e participação no contexto educacional e social. Assim sendo, são ações do AEE, por exemplo, o estudo do alfabeto em LIBRAS com alunos surdos, o estudo do braile com os cegos, o uso de jogos pedagógicos com deficientes intelectuais como auxílio ao aprendizado.

São objetivos do Atendimento Educacional Especializado, segundo o decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

No processo de inclusão, é essencial o atendimento educacional especializado, tendo em vista minimizar as dificuldades que impedem a aprendizagem. No entanto, é preciso compreender que o professor do AEE não é o único responsável pelo sucesso do aluno. O processo de inclusão precisa acontecer de forma compartilhada, no qual todos os que fazem parte da escola estão envolvidos. É fundamental um contato direto e uma constante articulação entre os professores do ensino regular e o professor do AEE, na perspectiva de garantir a acessibilidade ao currículo e a um ensino em que se efetivem aprendizagem e participação de todos, indistintamente.

Segundo caderno de Educação Inclusiva do PNAIC:

As políticas destinadas à Educação Inclusiva direcionam suas ações para o atendimento de questões específicas, mas é importante que os professores saibam que o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação não é atribuição somente dos professores que atuam no AEE. O professor do ensino regular deverá planejar suas aulas considerando os direitos de aprendizagem dos alunos e realizando um trabalho articulado com seus colegas que atuam no AEE, ou seja, trata-se de uma proposta de trabalho que envolve a escola, um trabalho em equipe. (2014, p. 16)

Além da articulação entre os professores, é essencial a participação da família. O professor do AEE precisa buscar informações que o possibilite conhecer um pouco sobre o aluno, sobre sua deficiência, sua história de vida, como a família encara a deficiência, o que os pais desejam que seu filho aprenda e o que ele aprendeu ou não conseguiu aprender até aquele momento, etc. Havendo necessidade, o professor pode conversar com médicos ou outros profissionais da área clínica que acompanham o aluno, solicitar laudo ou parecer para conseguir o máximo de informações sobre o estudante. É importante também que o professor pesquise e conheça um pouco sobre a deficiência. Sabe-se que cada pessoa é única, bem como os sintomas manifestados, cada deficiência terá significação a partir do contexto em que está inserida, porém, faz-se necessário que o professor que irá trabalhar com o aluno com deficiência possua conhecimentos básicos teóricos acerca das deficiências dos alunos com os quais trabalhará. Nesse processo, denominado estudo de caso, também é importante escutar o aluno, conhecer seus anseios e sentimentos, saber um pouco de sua história a partir do seu próprio olhar.

Tanto o professor do AEE, quanto o professor do ensino regular, precisa atentar a todos os detalhes com clareza e compreensão sobre as necessidades específicas de cada aluno, pois isto é essencial para a continuidade com sucesso do processo de desenvolvimento do aluno com deficiência. Além disso, os professores também devem ter o auxílio de profissionais de apoio escolar, no caso, intérpretes de libras, para os alunos surdos, e os profissionais destinados a auxiliar nos cuidados pessoais nas atividades de higiene, alimentação e locomoção dos alunos que não o fazem com autonomia.

Diante de tudo isso, é fundamental a articulação de todos os que estão, direta ou indiretamente, envolvidos no processo de inclusão, principalmente os professores do AEE e do ensino regular, que são grandes responsáveis pela promoção da inclusão desses alunos, fazendo-se necessários momentos de formações e o constante diálogo entre eles, na perspectiva de analisar práticas, repensar e reformular ações pedagógicas pautadas nas singularidades dos alunos no processo de inclusão.

De acordo com o artigo 9º da resolução Nº 04 CNE/CEB de 02 de Outubro de 2009:

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Portanto, faz-se necessário que todos os envolvidos nesse processo trabalhem em cooperação e colaboração, não de forma isolada, mas articulada, pois apenas o trabalho em equipe será capaz de efetivar a inclusão.

4 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA TEORIA À PRÁTICA.

A rede municipal de Petrolândia-PE possui 43 escolas, situadas nas áreas urbana e rural, oferecendo as modalidades de Educação infantil(creche e pré-escola), Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos, atendendo a um público de 5.968 alunos. Possui também um Centro de Apoio a Educação Inclusiva.

O histórico de Educação Especial no Município de Petrolândia-PE, não diverge do contexto histórico em que se esteve pautada a educação de alunos com deficiência pelo Brasil.

Seguindo as deliberações legais, Petrolândia buscou adequar-se as orientações vigentes, distintas em cada período histórico. No ano de 2003, criou-se no Município o Centro Beethoven de Educação Especial, que inicialmente funcionava no horário da tarde em uma Escola Municipal. Substituindo o ensino regular, o Centro atendia um público de 33 alunos com deficiência. Em 2005, o Beethoven passou a funcionar em prédio locado, mantido com recursos próprios, pelo poder público municipal. Nessa época, foram criadas Salas de Recursos no referido Centro, que atendiam aproximadamente 100 alunos com deficiência, matriculados no ensino regular do próprio Município e das cidades circunvizinhas. Dessa forma, o Centro ganhou visibilidade e era referência na região. Segundo o Regimento Interno do Centro Beethoven, quanto às finalidades da instituição, explicita:

ART. 10. Fundamentado no Art.59, parágrafo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o Centro Beethoven assume a educação especial como modalidade de Educação Básica, com a finalidade de apoiar (prestar auxílio ao professor e ao aluno no processo de ensino e aprendizagem; tanto nas classes comuns quanto nas salas de recursos/multifuncionais), complementar (completar o currículo para viabilizar o acesso à base nacional comum), suplementar (ampliar, aprofundar ou enriquecer a base nacional comum) e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (colocar em lugar de – prestando o atendimento educacional especializado realizado em classes especiais), de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Posteriormente, especificamente a partir Portaria Normativa nº- 13, de 24 de abril de 2007, dispoendo sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais", que deveriam ser implantadas nas escolas regulares, os alunos matriculados no ensino regular passaram a receber o atendimento educacional especializado na própria escola, ou em escola próxima a sua, contemplada com a sala de recursos. Assim sendo, em 2008, os 33 alunos matriculados inicialmente no Beethoven, não foram incluídos no ensino regular, por motivos diversos, inclusive, por não aceitação da família, continuaram sendo assistidos no referido Centro, os demais, já

inclusos no ensino regular, apenas recebiam atendimento psicológico, sendo o pedagógico totalmente direcionado à escola regular.

As tentativas de regularização do Centro Beethoven de Educação Especial, que passou a ser chamado, posteriormente, de Centro Beethoven de Apoio a Educação Inclusiva, até então, fracassaram.

Em mais uma tentativa de transformar o Beethoven em um Centro de Atendimento Educacional Especializado, o centro passa novamente a atender alunos matriculados nas escolas regulares, só que desta vez, com deficiências distintas: 07 alunos com deficiência visual e 08 com deficiência auditiva, matriculados no ensino regular, recebem atendimento especializado no contra turno, com professores especialistas.

Os demais alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular, recebem atendimento educacional especializado, individualizado ou em dupla, no contra turno nas salas de recursos multifuncionais, duas vezes por semana, com um tempo mínimo de 50 minutos em cada atendimento, a depender da quantidade de alunos e da carga horária disponível do professor. Além disso, o professor do AEE tem, semanalmente, um dia para o acompanhamento do aluno no ensino regular. Nesse dia, são realizadas visitas mensais em sala de aula e planejamentos, momentos de estudos e oficinas com os professores do ensino regular.

Atualmente, o município dispõe de seis salas de recursos ativas e os alunos que residem na área urbana ou no espaço rural próximo à cidade, são encaminhados para estas salas de AEE na própria escola, quando esta a possui, ou na sala da escola polo, próxima da que o aluno estuda, contando com transporte escolar adaptado que os leva de casa para a escola e da escola para casa.

Em levantamento feito nas salas de recursos no mês de Abril/2017, 85 alunos, público-alvo da educação especial matriculados no ensino regular, estão frequentando regularmente as referidas salas. Temos um quantitativo de 08 professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais e 06 professores que atendem os alunos do Centro Beethoven de Apoio a Educação Inclusiva. Além desses profissionais, o Município conta com 05 profissionais de apoio, para atender as necessidades específicas de 10 estudantes, em horários distintos, no âmbito da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção e 01 intérprete de Libras para atender uma aluna com deficiência auditiva. Os 08 alunos com deficiência auditiva, matriculados no ensino

regular, e que recebem atendimento educacional especializado no Centro Beethoven de Apoio a Educação Inclusiva, não contam com a assistência de Intérpretes de Libras, por não serem alfabetizados em Língua Brasileira de Sinais. A proposta é alfabetizá-lo e disponibilizar intérpretes para apoiá-los no ensino regular.

No ano de 2017, foi realizado levantamento de alunos com deficiência matriculados nas escolas do espaço rural e constatou-se que atualmente, o Município tem 12 alunos diagnosticados com deficiência, necessitando de atendimento educacional especializado. Assim sendo, uma sala de recursos encaminhada pelo Governo Federal para uma Escola de Educação Infantil, que não possuía mais alunos com deficiência matriculados, foi redirecionada para o espaço rural, para uma escola de melhor acesso para os alunos, considerando a localidade de maior concentração de alunos com deficiência. O atendimento nessa Sala de Recursos ainda não foi iniciado devido à falta de professor especialista para atuação, no entanto, a Prefeitura está em Processo Seletivo para contratação desse profissional e acredita-se que até o final do I Semestre os alunos recebam esse atendimento.

No quadro da Secretaria Municipal de Educação de Petrolândia há duas profissionais que orientam, organizam e monitoram todo o trabalho de Educação Especial Inclusiva no Município, objetivando viabilizar a efetivação de práticas educativas que respeitem e valorizem a diversidade humana no processo de educação inclusiva, à luz dos parâmetros legislativos vigentes, articulando o todo do ambiente escolar, subsidiando uma ação pedagógica que visa minimizar ou eliminar as barreiras que impedem a plena participação dos alunos com deficiência, considerando suas necessidades. Para isso, além de momentos de reuniões para orientações e reflexões específicas com todos os profissionais que devem fazer parte do processo de inclusão, são realizados encontros mensais com os professores do Atendimento Educacional Especializados, para orientações, estudos, formações, oficinas, planejamento e troca de informações. Os professores das Salas de Recursos também reúnem-se periodicamente com os professores do ensino regular para trocar informações e planejarem, juntos, estratégias que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem e inclusão dos alunos com deficiência.

A Secretaria Municipal de Educação, também promove regularmente momentos de formação continuada para toda equipe escolar, com especialistas nas áreas específicas das deficiências ou transtornos de aprendizagem. No ano de 2016, foram realizados 07 momentos de formações continuadas, em diversas áreas: Autismo,

Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Intelectual, Avaliação de Alunos com Deficiência, Dislexia e Oficinas de Jogos Inclusivos.

São ações da Secretaria Municipal de Educação, através da Orientação de Ensino em Educação Especial Inclusiva:

- Mapeamento de alunos por escola;
- Construção de ficha de identificação e perfil desses alunos;
- Encaminhamentos de alunos para estudo de caso com o professor especialista e psicólogo;
- Solicitar relatórios da escola indicando os casos de alunos que necessitam de profissional de apoio escolar para disponibilização deste profissional.
- Organização do trabalho a ser realizado no AEE e elaboração das fichas de monitoramento a serem utilizadas no atendimento e acompanhamento dos alunos nas salas de recursos;
- Reunião com os professores do AEE, para explanação acerca das Diretrizes Operacionais de Educação Especial, refletindo sobre as atribuições dos professores;
- Reunião para apresentação da sistemática de trabalho no AEE, bem como exposição, análise e orientações quanto às fichas de monitoramento das salas de recursos;
- Orientação e acompanhamento da elaboração e execução dos Planos de Desenvolvimento Individuais dos alunos no AEE;
- Assessoramento às escolas e aos professores para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, por meio de encontros mensais com os professores do AEE para discussão e orientações acerca dos referidos atendimentos;
- Monitoramento do funcionamento do AEE nas escolas, através de visitas periódicas.
- Realização de momentos de formação continuada dos professores para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;
- Buscas por parcerias para a realização de palestras, seminários e momentos de estudo, que favoreçam o processo de formação continuada de toda equipe escolar no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais.
- Realização de reuniões com as equipes gestoras das escolas, para mantê-los informados acerca dos atendimentos aos alunos com necessidades educacionais especiais da escola, bem como atualiza-los quanto à legislação e normas educacionais vigentes.

- Envio às escolas de documentos orientadores, decretos, leis, normativas, impressos ou por e-mail, acerca da educação inclusiva.

- Encaminhamento, em parceria com as escolas da rede pública municipal, alunos com deficiências à serviços sociais ou de saúde, sempre que constatada necessidade;

- Solicitações de avaliações psicológicas para os alunos que necessitem, bem como acompanhamento regular pela psicóloga do Centro Beethoven de Apoio a Educação Inclusiva.

- Elaboração de fichas de avaliação dos Planos de desenvolvimento Individuais e orientações quanto ao preenchimento;

- Orientações ao professor do AEE, para elaboração de parecer semestral descritivo dos avanços dos alunos no AEE;

-Reunião com coordenadores pedagógicos e entre os professores do AEE e ensino regular, para orientações quanto às avaliações dos alunos com deficiências e TEA,

- Organização dos cronogramas de atendimentos, com o quantitativo de no máximo 10 alunos por professor, para disponibilização de um dia semanalmente para o acompanhamento dos alunos no ensino regular com visitas em sala de aula e planejamento com o professor do ensino regular;

-Realização de oficinas com os professores do AEE e com os professores do ensino regular de modo a favorecer e facilitar o trabalho em sala de aula.

Para organização do trabalho realizado nas Salas de Recursos, bem como o monitoramento destas atividades, foram elaboradas as seguintes fichas de acompanhamento:

A primeira ficha apresentada é o *Roteiro para Estudo de Caso*. Esse roteiro norteia o professor das Salas de Recursos, que precisa conhecer profundamente os alunos com quem trabalhará. Para isso, ele realiza observações, entrevistas e avaliações. O roteiro indica os pontos que devem ser analisado e servirão de base para a proposta de trabalho com o aluno no decorrer do ano letivo.

Ficha 1 - Roteiro para Estudo de Caso

Identificação do aluno

Nome completo do aluno:

Data de nascimento:

Filiação: PAI-

MÃE-

Endereço:

Telefones para contato:

E-mail:

Ano de escolaridade: Turma: Turno:

Nome da escola de classe comum:

Caracterização do aluno na Educação Especial:

() Deficiência Intelectual () Deficiência Visual () Deficiência Física ()

Deficiência Auditiva / Surdez () surdocegueira () Deficiência Múltipla ()

Transtornos Globais do Desenvolvimento () Altas Habilidades / Superdotação ()

Não tem laudo

1. Relato sobre a vida do (a) aluno(a) em família(Entrevista com a mãe ou responsável.)

A gravidez da genitora foi tranquila? O parto normal ou cesariano?	
Quando foi diagnosticada a deficiência?	
Como é o seu comportamento?	
Quem é o seu responsável?	
Com quem mora?	
Quais suas atividades diárias?	
Quais suas atividades preferidas e/ou opções de diversão?	
Apresenta um bom relacionamento com colegas e familiares?	
Realiza algum atendimento clínico? Qual? Onde? Há quanto tempo?	

O aluno possui independência nas atividades de vida autônoma?	
O aluno necessita de transporte escolar para nos dias de atendimento na sala de recursos?	

2. Relato sobre o aluno na escola/sala regular (Entrevista com a professora do ensino regular e observação direta do aluno na escola.)

Quais as potencialidades do aluno para a aprendizagem?	
Ele realiza as atividades propostas? Com autonomia?	
Apresenta um bom relacionamento com colegas em sala?	
Como é o seu comportamento em sala?	
Em que situações em sala de aula ele demonstra maior interesse e participação?	
Quais as suas maiores dificuldades?	
Quais suas opções de diversão na escola?	
O aluno necessita de material adaptado? Qual?	
Que tipo de ajuda você, enquanto professor do ensino regular necessita para o trabalho com o aluno?	
Algumas observações no momento da visita:	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

3. Observações e Avaliação do aluno na Sala de Recursos Multifuncional. (Professor do AEE)

Aponte as dificuldades detectadas no momento da observação direta e avaliação:	
Física:	
Linguagem oral:	
Cognitiva:	
Sistema de Escrita Alfabética:	
Raciocínio lógico matemático:	
Atenção e concentração:	
Sociabilidade e afetividade:	
Vida autônoma:	
Quais as suas maiores dificuldades?	
Ele realiza as atividades propostas? Com autonomia?	
O aluno necessita de material adaptado? Qual?	
Diante do estudo de caso realizado, o aluno apresenta a necessidade de um profissional de apoio escolar que o acompanhe na sala regular?	
Observações (Se necessário):	

Assinatura dos Responsáveis pelas Informações:

Pai/Mãe ou Responsável pelo Aluno:

Professor do Ensino Regular do Aluno:

Professor do Atendimento Educacional Especializado:

Petrolândia, _____ de _____ de 2017.

A próxima ficha apresentada é o *Plano de Atendimento Educacional Especializado*. É um plano de trabalho elaborado anualmente, individualizado por aluno, no qual são elencados objetivos e programadas atividades para minimizar ou superar as dificuldades específicas de cada aluno que os ajudarão no desenvolvimento da aprendizagem, identificadas a partir do estudo de caso. O plano é elaborado e vivenciado pelos professores do Atendimento Educacional Especializado, que podem contar também com algumas parcerias. Agregado ao plano, inicialmente há uma síntese do estudo de caso e ao final, também consta a avaliação do aluno quanto aos resultados obtidos, realizada semestralmente por meio de relatório descritivo.

Ficha 2 - Plano de Atendimento Educacional Especializado

1. Dados de identificação

Nome do educando: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Unidade Educacional: _____

Ano/série: _____ Turno: _____

Professor(es) do Ensino Regular: _____

Professor(es) do AEE: _____

Estudo de Caso

3. Organização do atendimento

Período de atendimento: _____

Frequência: _____

Composição do atendimento: () individual () coletivo

Outros: _____

4. Objetivos de aprendizagem e atividades a serem desenvolvidas no atendimento ao educando, diante das dificuldades detectadas no estudo de caso.

Nº	Objetivos	Atividades
01		
02		
03		
04		

5. Materiais a serem produzidos e/ou adequados para, pelo e/ou com o educando:

6. Materiais e equipamentos que necessitam ser adquiridos:

Registro de Atividades Vivenciadas e Acompanhamento do Desenvolvimento dos Alunos no AEE

Professor: _____

Aluno (a): _____

Nº	Data	Descrição da atividade realizada	Observações acerca da participação e desenvolvimento do aluno durante o atendimento.

A seguinte ficha preenchida pelo professor da Sala de Recursos é a ***Ficha de Acompanhamento dos Alunos na Sala Regular***. O professor do AEE preenche essa ficha mensalmente, nos momentos de visitas realizadas aos alunos na sala regular, elencando observações pertinentes quanto à participação dos alunos nas atividades realizadas e os recursos utilizados pelo professor, bem como as sugestões de trabalho, apresentadas por ele, no momento de visita.

Ficha 4 - Ficha de Acompanhamento de Alunos com Deficiência na Sala Regular

Nome completo do aluno _____ Idade: _____
 Data de Nascimento: ____/____/____ Sexo Feminino Masculino
 Nome da Escola Regular: _____
 Educação Infantil: Pré: () I () II - Ano/Série: 1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º 9º
 Professor (es) do Ensino Regular: _____
 Turno da Escola Regular: Manhã Tarde Noite
 Turno no AEE: Manhã Tarde Noite

MÊS DATA(S) DA VISITA(S)	OBSERVAÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS E DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS E DE ACEBILIDADE.	SUGESTÕES ORIENTAÇÕES APRESENTADAS PROFESSOR.	E OU AO	ASSINATURAD O PROFESSOR	
				AEE	REGULAR
MARÇO ____/____					
ABRIL ____/____					
MAIO ____/____					
JUNHO ____/____					

____/____					
AGOSTO ____/____					
SETEMBRO ____/____					
OUTUBRO ____/____					
NOVEMBRO ____/____					
DEZEMBRO ____/____					

A última ficha apresentada, preenchida pelas Orientadoras de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, é a ficha de *Visita e Monitoramentos às Salas de Recursos*. Essa ficha é preenchida em momentos de visitas realizadas às salas de recursos, que acontecem mensal ou bimestralmente, a depender da necessidade, para acompanhamento e monitoramento dos trabalhos realizados no AEE. Nesses momentos, são discutidas as problemáticas enfrentadas na escola e pensadas alternativas de intervenção e solução de tais dificuldades.

Ficha 5 – Ficha de acompanhamento às escolas com sala de recursos multifuncional

Escola: _____

Professor: _____

01-Quantidade de alunos que:

Frequentam: _____ Nunca frequentaram: _____ Faltam muito: _____

Observações: _____

02- Acompanhamento do aluno no ensino regular:

- Visitas em sala: _____

- Planejamento/orientação ao professor do ensino regular: _____

- Colaboração da família ou outras parcerias: _____

03- Organização das fichas de monitoramento e acompanhamento do aluno no AEE:

- PDI: _____

- Frequência e registro diário: _____

- Entrevistas: _____

- Relatórios de visitas na sala regular: _____

- Ficha/parecer de Avaliação: _____

Orientação de Educação Especial Inclusiva

Professor da Sala de Recursos

Data: _____

As informações e fichas aqui apresentadas foram coletadas com a Orientação de Educação Especial Inclusiva do Município de Petrolândia, na Secretaria Municipal de Educação.

Conforme exposto, o Município de Petrolândia desenvolve o trabalho de Educação Especial numa perspectiva Inclusiva, compreendendo a urgente necessidade de modificar práticas historicamente enraizadas de exclusão. Não é tarefa fácil, tendo em vista o que já foi tão debatido: Inclusão é responsabilidade de “todos”, no entanto, na prática, muitos que fazem a educação ainda não se veem como parte desse “todo”, fator extremamente importante, que torna muito mais difícil e desgastante esse processo. Porém, diante da trajetória apresentada e do trabalho que está sendo desenvolvido, percebe-se o empenho e compromisso dos que estão focados em fazer da inclusão realidade, mesmo a passos lentos, está mais próxima a cada dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel de cada profissional envolvido em todo o processo é essencial para que a inclusão se efetive. As atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado vão muito além do trabalho com os alunos com deficiência. A parceria com os colegas professores do ensino regular é fundamental, bem como estreitar os laços com os familiares e/ou responsáveis destes alunos. A equipe gestora precisa urgentemente envolver-se e responsabilizar-se pelo processo e resultados obtidos, pois antes de qualquer coisa, estes alunos são público da escola e assim como todos os outros alunos, merecem apropriar-se da aprendizagem, tendo suas limitações respeitadas.

A realidade do Município aqui apresentada, evidencia metas traçadas em um trabalho que busca, a cada dia, a efetivação dessa inclusão, porém de nada adianta todo o esforço se esse ideal não for vislumbrado por todos os envolvidos, direta ou indiretamente, na concretização desse ideal. Apenas com um trabalho em equipe, articulando o todo do ambiente escolar a inclusão se faz, sem procurar culpados ou merecedores de aplausos, mas uma escola em que todos se veem como protagonistas responsáveis em um processo árduo, porém necessário e igualmente gratificante.

A inclusão é uma realidade nas escolas brasileiras, porém seu sucesso ou insucesso dependerá muito de como se dará a participação de todos os agentes envolvidos nessa jornada.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. **Os Desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio**. Revista Nova Escola. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/>>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.853/89**. Brasília, Centro Gráfico, 1989.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011**. Dispõem sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 04 CNE/CEB de 02 de Outubro de 2009**. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Caderno de Educação Especial: a alfabetização de crianças com deficiência. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Caderno de Educação Inclusiva. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Prática em Educação Especial e Inclusiva: Educação Especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente.** Disponível em <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na Prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2010.

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO BEETHOVEN DE APOIO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Petrolândia, 2009.

REVISTA ESCOLA. **Como trabalhar em parceria com o AEE?** Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/guia-de-flexibilizacao/como-trabalhar-em-parceria-com-o-ae>>. Acesso em 15 de abril de 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, CORDE, 1994.